

EIXO TEMÁTICO 7 | DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICA

VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SOB A ÓTICA DE NECROPOLÍTICA

POLICE VIOLENCE AGAINST THE BLACK POPULATION IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO FROM THE PERSPECTIVE OF NECROPOLITICS

Isadora Amaral de Castro
Juliana Desiderio Lobo Prudencio

RESUMO

A sociedade brasileira é diariamente acarretada negativamente de forma política e social pelo racismo estrutural, a desigualdade racial oriunda do sistema escravocrata marca a população negra como alvo da necropolítica do estado através da violência policial. A metodologia de pesquisa adotada neste trabalho é a revisão jornalística, revisão de literatura e revisão documental. Diante disso, nota-se o estado colocando a população negra excluída da proteção social e designados a política de morte governamental.

Palavras-Chave: Necropolítica; Racismo Estrutural; Violência Policial.

ABSTRACT

Brazilian society is daily negatively affected politically and socially by structural racism, racial inequality arising from the slave system marks the black population as the target of the state's necropolitics through police violence. The research methodology adopted in this work is journalistic review, literature review and document review. In view of this, it is clear that the state excludes the black population from social protection and assigns it to the government's death policy.

KEYWORDS: Necropolitics; Structural Racism; Police violence.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto das observações, esforços e ações das autoras junto ao debate do racismo e antirracismo a partir do Projeto de Extensão a Agenda Antirracista de origem no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense em Campos dos

Goytacazes, em março de 2021. Com o objetivo de possibilitar um espaço permanente de debate acerca das questões raciais e antirracista na Cidade de Campos dos Goytacazes através da UFF Campos.

O Brasil nasce de uma violência que tinha como objetivo determinar as características de sua população no viés da supremacia branca, subalternizando as demais raças. O período de escravização através de toda violência e exploração, destinou a população negra a vulnerabilidade social, uma vez que ao serem libertos das condições de escravizados, não foram incluídos e direcionados a políticas de proteção social e igualdade racial, marca importante para a desigualdade racial de nosso país.

A cada quatro horas uma pessoa negra é morta pela polícia no Rio de Janeiro, esse índice é quatro vezes menor que a taxa de morte policial de não negros. Os métodos de operação policial são guiados pelo racismo estrutural e colocam na mira do fuzil a população preta, pobre e periférica (Passos, 2023). As vítimas fatais da violência policial são um reflexo do abandono estatal historicamente relacionada ao racismo estrutural e institucional, que ampliam formas de não assegurar políticas sociais a população negra. O Estado estabelece a população negra como alvo por meio de ações e omissões, condições de risco e precariedade social, designando-a para a violência e morte.

Entendendo que o Estado racista e de morte exclui os corpos negros de proteção e direitos sociais, relegando-os a uma invisibilidade social persistente e, em seu extremo, sujeitando-os à violência policial letal. Nesse contexto, este estudo visa esquadrihar o papel do racismo na construção da sociedade brasileira, destacando como a necropolítica opera na Cidade do Rio de Janeiro conforme conceituada por Mbembe (2018). Entendendo necropolítica como a marginalização e a precarização da vida dos cidadãos negros, que são negligenciados pelo Estado, evidenciando como alternativa para este povo a política de morte adotada pelo governo. A interligação entre necropolítica e racismo de origem colonial ressalta como as estruturas de poder e controle ainda se baseiam em padrões estabelecidos durante o período colonial, o que influencia profundamente a abordagem política do Estado em relação à vida e à morte da população negra.

Diante disso, essas breves linhas apresentarão a relação entre colonização brasileira, racismo e violência policial na Cidade do Rio de Janeiro. E dada a importância deste trabalho baseia-se na urgência de discutir o aumento da violência policial em relação à população negra no município do Rio de Janeiro e reforça-se a imperatividade de promover debates sobre questões raciais tanto nos âmbitos sociais quanto políticos. Quanto à abordagem metodológica, foi realizada através da revisão de material jurídico, literatura e documental a partir da revisão

de narrativas orientadas por Rother (2007) a qual realiza a análise de livros, textos e artigos científicos. Além disso, também foi realizada uma análise atenta material jornalístico, para quantificar o aumento das notícias relacionadas à violência policial.

2 A CONSTRUÇÃO DO BRASIL A PARTIR DA EXPLORAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA ESCRAVIZADA

A complexa formação sócio-histórica brasileira é permeada por uma multiplicidade de violências destinada a população racialmente referendada. Violências físicas e psicológicas, que atestam uma história intrincada de opressões. Entretanto, é necessário compreender que a classificação racial também se insere nesse contexto, uma vez que as formas de violência eram direcionadas às pessoas categorizadas como inferiores, segundo uma perspectiva eurocêntrica a qual colocava as pessoas não brancas em lugares de subalternidade.

O autor Todorov (1993) aduz que os europeus, ao se depararem com populações diferentes das próprias, sentiram-se estranhos e começaram a classificar essas populações como distintas de si mesmos, o que resultou em uma separação social e racial. Eles passaram a acreditar na valorização das suas próprias características físicas e culturais como superiores a qualquer outra que fosse diferente, desenvolvendo assim o discurso eurocêntrico de superioridade, pois associavam características físicas da chamada raça branca, como olhos claros e pele clara, com atributos positivos e referência de reverência, enquanto atribuíam características opostas, como pele mais escura, a uma condição inferior e de subalternidade, a qual legitimava violências contra esses corpos.

De acordo com Schwarcz e Starling (2018), o período colonial, principiado por Portugal em 1530, deu início à exploração sistemática da população negra pelos europeus, se manifestando através da imposição coerciva do trabalho não remunerado, trabalho infantil e sequestro, estabelecendo um regime de escravização. Tal sistema foi engendrado com o propósito primordial de ampliar os horizontes do mercantilismo, promovendo a exploração de recursos e a geração de riqueza para a metrópole portuguesa. Os africanos eram submetidos a um processo de captura em suas aldeias, frequentemente através de conflitos tribais, nos quais os indivíduos mais fortes e resistentes eram selecionados entre as tribos.

Posteriormente, eram conduzidos até as áreas costeiras, onde ficavam aprisionados em fortalezas à espera dos navios destinados à exportação para o Brasil. Nesse contexto, as mulheres eram escolhidas com base em critérios sexistas e machistas, visando à procriação, e

sofriam estupros, eram confinados nos porões apertados das embarcações, sujeitos a tormentos e transportados em circunstâncias de extrema adversidade, caracterizadas por condições desumanas para o seu sequestro. Muitos deles sucumbiram durante a travessia devido a doenças, desnutrição e as péssimas condições de habitação a bordo.

No Brasil, os negros eram separados e vendidos, destinados à exploração, realizavam inúmeras formas de serviço não remunerado e forçado, sem qualquer garantia ou descanso, dormiam em ambientes insalubres denominados senzalas, diariamente eram castigados e agredidos de formas cruéis. As mulheres negras compartilhavam das mesmas responsabilidades laborais que os homens escravizados, porém, eram direcionadas a outras esferas ocupacionais de exploração. Estas incluíam tarefas domésticas como o cuidado das residências, culinária, limpeza, lavagem e passagem de roupas, bem como a atenção às crianças dos senhores, o que englobava a amamentação e cuidados de higiene. Além disso, eram frequentemente alocadas em setores industriais, como a indústria têxtil e a produção de artesanato e remédios à base de ervas, visando a geração de comércio e renda para os proprietários de escravos. (Biblioteca Nacional, 1988, p. 11)

Frente à sistemática violência cotidiana, à precariedade das condições de vida e aos castigos tortuosos impostos à população negra escravizada como meio de supostamente mantê-los submissos, emergiu a inevitável inevitabilidade de nutrir um profundo sentimento de aversão em relação aos seus opressores como forma de sobrevivência e resistência. Afinal, submetidos apenas à violência e à degradação, a busca pela liberdade só poderia ser alimentada pelo ressentimento contra aqueles que os violentavam. Dessa forma, as rebeliões se tornaram uma resposta natural, um ato de resistência e protesto diante das frequentes violações e atrocidades perpetradas contra eles.

Estes castigos imobilização no tronco, açoites, marcas a ferro quente, esmagamento de dedos, corte de orelhas costumava ser mais violentos na lavoura, sobretudo nos períodos em que era indispensável o trabalho contínuo, e diante de faltas graves. (Biblioteca Nacional, 1988, p. 11).

Com isso, cabe um importante destaque aos estudos de Clovis Moura, que convoca a compreensão do sujeito negro na sua ação política na construção de uma resistência a senzala. Buscando apagar o silenciamento histórico sobre esses corpos que os imputaram a ideia de apatia e inércia perante as violências da senzala; convocando assim a compreensão do sujeito negro, enquanto sujeito político.

No que tange ao negro como sujeito político negro, sua gênese remonta aos eventos do

período colonial, onde se evidencia a supremacia dos ideais brancos dos colonizadores na estruturação das relações sociais, legitimando assim a perspectiva eurocêntrica que subestima os negros como seres inferiores e passivos diante das diversas formas de violência experimentadas nos cárceres da escravização, somada a ideia de uma subalternização negra que os colocavam no combate contra a supremacia branca, Moura (1981).

A abordagem convencional da história brasileira privilegia a perspectiva da classe dominante, representada no homem branco, o que tende a colocar em destaque a visão da elite dirigente do país, relegando ao segundo plano a atuação dos negros escravizados, que desempenharam um papel crucial na formação da Nação. Essa visão também perpetua a ideia de corpos negros como apáticos e não combativos, imposto a estes o lugar de vagabundos e de que não gostam de trabalhar.

Segundo Moura (1981), em contraposição a certas interpretações, as revoltas organizadas pelos negros escravizados assumiam um caráter político na busca pela liberdade e igualdade social, argumenta ainda que essa perspectiva alteraria fundamentalmente nossa compreensão da luta de classes entre os proprietários de escravos no Brasil durante o período da escravização. Moura (1981) enfatiza que tais eventos não devem ser vistos como simples explosões inconsequentes ou rebeliões caóticas lideradas por indivíduos sem rumo ou intenções claras e justificáveis. Pelo contrário, ele sugere que tais situações ou eventos são muito mais complexos e significativos do que isso, envolvendo a implementação de estratégias táticas elaboradas, como a organização de guerrilhas, o uso de táticas incendiárias e a preparação militar, incluindo o emprego de armas, visando derrubar seus opressores e reivindicar reconhecimento enquanto cidadãos.

As rebeliões e guerrilhas organizadas incorporavam elementos militares, devido ao conhecimento prévio que alguns escravizados haviam adquirido na África antes de serem subjugados à escravização. Isso sugere que esses indivíduos possuíam competências e saberes que lhes permitiam planejar e executar ações de resistência de forma mais eficaz, o que mostra o lugar ocupado por estes antes do processo de sequestro e escravização. Moura (1981) reconhece que, inicialmente, as atividades empreendidas pelos negros, antes da escravização, não eram de natureza predatória. Isso indica que muitas dessas ações eram motivadas pela urgência das necessidades básicas, como a fome, frio, violências e pela imperiosa demanda de sobreviver no enfrentamento à repressão imposta pelos colonizadores brancos e aos horrores da senzala.

Dessa forma, em meio às suas condições desumanas, agiam primordialmente em prol de sua própria sobrevivência. Essa análise propõe um discurso divergente que desafia as

narrativas tradicionais eurocêntricas, pois argumenta que todos os movimentos sociais em busca de mudança social são, em última análise, movimentos políticos, mesmo que os agentes coletivos envolvidos não estejam plenamente conscientes disso. Isso reitera como a ação coletiva dos negros representa uma maneira constante e paciente de executar trajetórias históricas, e resistir ao intelectualismo elitista que serve aos interesses da elite dominante.

Silva (2017) ressalta que a população negra, majoritária no país, enfrenta uma dupla exploração, tanto social quanto racial, e assume um papel crucial na reconfiguração da sociedade, embora esse processo seja gradual e, por vezes, marcado por contradições. Por conseguinte, o racismo é percebido como um elemento fundamental e estruturante de uma mentalidade arraigada, que serve como padrão para a compreensão e sustentação das interações sociais, implicando que sua influência se estende para além do âmbito social, infiltrando-se na economia, política e cultura, constituindo-se como um pilar essencial das sociedades capitalistas e persistindo na contemporaneidade como uma força dinâmica que impulsiona, condiciona e perpetua relações de exploração e desigualdade em todas as esferas da vida social. Diante disso, entendendo o racismo enquanto estrutural e institucional se faz urgente a compreensão das violências irrestritas a população negra que ora aviltada nas senzalas, hoje aviltadas nas cenas públicas pelos olhares dos operadores estatais, aqueles que por hora deveriam assegurar a segurança pública se colocam no papel de criminalizar corpos negro, revivendo a relação branca e violenta das senzalas.

3 NECROPOLÍTICA E VIOLÊNCIA POLICIAL

Conforme argumentado por Almeida (2018), o fenômeno sistêmico de discriminação, notadamente o racismo, está intrinsecamente ligado ao poder político em duas esferas cruciais: a institucional e a ideológica. No âmbito institucional do poder político, destaca-se o papel do Estado na formulação de estruturas políticas e práticas que perpetuam o racismo. Isso engloba leis discriminatórias até políticas que se aliam a segregação, práticas policiais tendenciosas e disparidades no acesso a serviços públicos, como educação e saúde; dentre outras inúmeras possibilidades de não acesso a população negra.

O Estado, enquanto detentor do poder político e responsável pela elaboração de políticas públicas, exerce um papel determinante na perpetuação ou na mitigação do racismo de forma

sistêmica. Já na esfera ideológica do poder político, refere-se à influência das ideologias, narrativas e discursos na manutenção do racismo. Isso abarca a disseminação de ideias, estereótipos e crenças sobre raça na sociedade, além do modo como a história é ensinada e os eventos históricos são interpretados, o que pode fortalecer ou desafiar narrativas racistas.

A noção de necropolítica, cunhada pelo pensador camaronês Achille Mbembe em sua obra "Necropolítica" (2018), aborda a utilização do poder estatal para determinar quais vidas merecem proteção e quais podem ser sacrificadas, muitas vezes resultando em formas extremas de violência e morte. O Estado não apenas regula a vida, mas também arbitra sobre quem possui o direito de viver e quem pode ser deixado à morte.

A necropolítica implica em políticas e práticas que culminam em violências, opressões e morte, especialmente direcionadas a grupos marginalizados e comunidades periféricas. Isso pode englobar desde violência policial exacerbada até discriminação racial, políticas migratórias repressivas e outras formas de coerção e controle que afetam desproporcionalmente determinados segmentos da população.

A criminalização e violência direcionadas à comunidade negra requer uma consideração profunda dos traumas enraizados provenientes do período escravagista, que implica na compreensão de elementos fundamentais, moldados pela estrutura racista, que desempenham um papel fundamental na organização e regulação das interações sociais, com efeitos substanciais.

Dessa forma, é válido analisar a sociedade sob a lente da necropolítica, onde o racismo estrutural atravessa a estrutura estatal, gerando consequências em todas as esferas sociais, sendo a população negra o alvo das políticas de extermínio estatal. Contudo, essa violência não se limita ao extermínio físico, abrangendo um amplo espectro que inclui a negação de cidadania e, conseqüentemente, a exclusão de acesso a políticas sociais, a emprego/renda e a vida em sociedade. Há uma morte física noticiada cotidianamente, mas há uma morte silenciosa e velada que é apontada todos os dias para a população negra na compreensão de um não lugar, de um não pertencimento à potência vital de existência nessa sociedade.

O racismo coroa o sentimento de não pertencimento da população negra a esta sociedade, fazendo com que a sensação constante de um não lugar seja imposta a estes corpos. Seja pelos olhares discriminatórios, seja pela sensação de inconformidade com os espaços e/ou seja pela tentativa diária de expulsão desses corpos das cenas públicas e políticas por ações e violências. Desumanizando-os em potência, tornando-os alvo de violências e opressões

desordenadas (Almeida, 2014).

Ao abordar o racismo estruturado na força policial, é essencial reconhecer o viés adotado pelo estado, influenciado por preconceitos e estereótipos direcionados à população negra que rege e orienta a ação policial incidindo sobre violências e mortes. Esse fenômeno pressupõe que uma pessoa com características correspondentes ao perfil não branco e que historicamente é racialmente estigmatizado enquanto um criminoso e agressivo seja considerada potencialmente suspeita ou culpada. Movidos pelo racismo, agentes policiais, representantes do Estado, tendem a abordar de maneira violenta pessoas negras na tentativa equivocada de aumentar a eficácia de suas operações, fundamentando-se em estereótipos que se fundamentam no racismo para a eliminação de corpos negros.

Importante destacar que Passos (2023) observa que no contexto cotidiano brasileiro, há uma constante divulgação, tanto nos meios de comunicação quanto nas redes sociais, de notícias relacionadas à violência, detenções e homicídios envolvendo a comunidade negra decorrentes da ação policial. No contexto atual do Rio de Janeiro, a influência da necropolítica se manifesta de forma nítida através da ausência de apoio governamental através das políticas sociais nas favelas e das ações policiais violentas, que frequentemente culminam em mortes injustificadas sob a justificativa de guerra às drogas. O Rio de Janeiro é o estado que mais produz mortes em ações e intervenções policiais, onde 90% dos mortos são negros.

Com isso, importante rememorarmos 04 casos que trazem exemplos da exposição desse escrito que se perfazem na relação entre colonização, racismo e violência como exercício da necropolítica no Brasil pela ação policial deixando a compreensão de como corpos negros são altamente desumanizados e descartados pela polícia na cidade do Rio de Janeiro.

Primeiramente a tragédia de Kauê Ribeiro¹, um menino de apenas 12 anos, cuja vida foi ceifada na favela da Chica, no Complexo do Chapadão, zona norte do Rio de Janeiro, em setembro de 2019, suscitou profunda consternação. Kauê foi alvejado na cabeça enquanto subia a favela com um amigo, supostamente por policiais. Já Ágatha Félix², outra criança indefesa de apenas oito anos, também foi vítima de disparos nas costas em setembro de 2019, enquanto se encontrava dentro de uma kombi no Complexo do Alemão. Um policial militar foi denunciado pelo Ministério Público, onde em serviço, disparou com um fuzil contra duas pessoas que

¹ Para acesso a reportagem, disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/09/menino-de-12-anos-morto-durante-operacao-da-pm-no-chapadao-e-enterrado.ghml> . Acesso em: 29 abril 2024.

² Para acesso a reportagem, disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/geral/morte-de-agatha-felix-completa-4-anos-nesta-quinta-feira-21/> . Acesso em: 29 abril 2024.

estavam em uma moto. Infelizmente, um dos projéteis ricocheteou em um poste e atingiu fatalmente a pequena Ágatha. Temos também a tragédia se repetiu em maio de 2020, quando João Pedro³, um jovem de 14 anos, foi morto em sua própria casa por uma bala perdida disparada pela polícia militar no complexo de favelas do Salgueiro, em São Gonçalo. E por fim, Kathlen Romeu⁴, uma jovem grávida de quatro meses, tornou-se mais uma vítima da violência policial no Complexo do Lins em 2021. A polícia concluiu que o disparo que ceifou sua vida partiu da arma de um policial militar. A sequência trágica continua com Thiago Flausino⁵, de apenas 13 anos, atingido por um tiro de fuzil durante um confronto da PM na Cidade de Deus, em agosto de 2023, mesmo após já ter caído no chão.

Como bem salienta Souza (2017) em uma sociedade permeada por uma magnitude tão acentuada de violência contra a população negra, está colhendo os frutos da profunda disparidade estrutural que a sustenta. A instituição da escravidão no Brasil deu origem a uma peculiaridade social excludente e perniciosa, configurando uma modalidade de interação social propensa a se perpetuar ao longo do tempo, especialmente devido à ausência de uma compreensão ou crítica verdadeiramente abrangente do racismo e necropolítica. O racismo de Estado não apenas ameaça a vida física, mas também compromete a qualidade e a plenitude da existência, gerando impactos que vão além do biológico e afetam profundamente a vivência das pessoas racialmente marginalizadas.

A violência policial pode ser interpretada e vista claramente como uma manifestação da necropolítica quando as forças de segurança estão envolvidas em práticas que resultam em assassinatos sistemáticos e injustificados, direcionadas a comunidades negras, historicamente marginalizadas e criminalizadas. A continuidade da violência policial é sustentada pela impunidade, em que os agentes responsáveis por abusos não são devidamente responsabilizados por suas ações, que insistem em utilizar abordagens discriminatórias, com uso excessivo e indevido de violência, perpetuando a desigualdade, racismo, e política de morte.

Esse padrão reflete a percepção de que vidas negras podem ser ceifadas sem que o Estado sofra consequências, reforçando assim a lógica da necropolítica. O racismo, ao desintumescer os povos negros de sua humanidade, não só os condenou à morte física, mas

³ Para acesso a reportagem, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57121830> . Acesso em: 29 abril 2024 .

⁴ Para acesso a reportagem, disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/policia-conclui-que-tiro-que-matou-dg-do-esquenta-foi-dado-por-pm.html> . Acesso em: 29 abril 2024.

⁵ Para acesso a reportagem, disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/familia-investiga-caso-de-adolescente-morto-em-acao-da-pm-no-rj-e-diz-que-imagens-desmentem-confronto/> . Acesso em: 29 abril 2024

também à extinção de sua dignidade racional. Isso implica uma tática sistemática de desumanização, visando justificar a subjugação, violência e assassinato da comunidade negra (ALMEIDA, 2014).

4 CONCLUSÃO

Nessa conjuntura de assassinatos envolvendo vítimas negras, emerge a legitimação recorrente da necropolítica como estratégia de intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro. O Estado, deliberadamente, condena os corpos negros à morte e os subjugam à criminalização, categorizando-os intencionalmente como elementos malignos e adversários da ordem social. O Estado é percebido como a entidade que perpetua a opressão e a discriminação, implementando de maneira direta o genocídio negro.

A instituição policial tem desempenhado com excelência o papel de exercer o controle absoluto sobre a violência, especialmente no que diz respeito à população negra. As abordagens policiais frequentemente resultam em violações de direitos que não condizem com os preceitos de um Estado Democrático de Direito. A necropolítica como uma forma de governo, perpetua o genocídio da população negra. Sendo evidenciado nos casos de vítimas fatais resultantes da violência policial e no constante aumento de notícias que relatam mortes. Há um reconhecimento claro da interligação entre o racismo e o aumento da letalidade por parte das forças de segurança. O governo necropolítico concede às polícias o poder discricionário de decidir sobre a vida e a morte de jovens negros, especialmente aqueles que vivem em áreas periféricas, legitimando a seletiva criminalização dos negros e fornecendo justificativas para as violências raciais observadas.

Dessa forma, ao considerar esses fatores estruturais, é possível vislumbrar um futuro no qual o Estado brasileiro evolua para uma nação na qual a morte de negros, pobres e moradores de comunidades não seja mais aceita como natural, mas sim enfrentada por meio de uma reformulação política da segurança pública através de investimentos e que não seja permeada por ideologias racistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**, Rio do Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086/0>. Acesso em: 29 abril 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In. Gallego, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das diretas no Brasil**: São Paulo Boitempo, 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro, 1988. MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, C. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, n. 14, Salvador, 1981.

PASSOS, R. G. "**Na mira do fuzil**": a saúde mental das mulheres negras em questão- 1a od. - São Paulo: Hucitec, 2023.

ROTHER, E. Te. Revisão sistemática X revisão narrativa. Editorial. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>. Acesso em: 15 abril 2024.

SCHWARCZ, L. M. STARLING, H. M. **Brasil: Uma Biografia**. 2ªed. São Paulo. Companhia das Letras. 2018.

SILVA, A. P. P. O pensamento social de Clóvis Moura: relações raciais, classes sociais e a dialética radical do Brasil negro. **41a Encontro Anual da Aposes**. G1:28 Relações raciais desigualdades, identidades e políticas públicas. 2017.

TODOROV, T. **Nós e os outros**: reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.